

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES
DO COLÉGIO TÉCNICO DE CAMPINAS DA UNICAMP.

CAPÍTULO 1

Da Instituição, da Natureza e Finalidade da Associação de Pais e Mestres

SEÇÃO I

Da Instituição

Artigo 1º - A Associação de Pais e Mestres do COLÉGIO TÉCNICO de CAMPINAS da UNICAMP, fundada na data de 31 de Outubro de 1979, designada simplesmente APM, localizada na Rua Culto à Ciência, nº 177, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, rege-se pelas normas deste estatuto.

REGISTRADO SOB Nº

00082696

1º RCPJ CAMPINAS

SEÇÃO II

Da Natureza e Finalidade

Artigo 2º - A APM, constituída na forma de associação civil, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins econômicos, sujeita-se às disposições do Código Civil.

Artigo 3º - A APM, entidade com objetivos sociais e educativos, tem por finalidade ser instrumento de participação da comunidade no colégio, bem como colaborar no aprimoramento do processo educacional, na assistência ao aluno e na integração da família, colégio e comunidade, sendo-lhe vedada a adoção de caráter político, racial ou religioso.

Artigo 4º - Para a consecução de seus fins, a APM propõe-se a:

- I. colaborar com a direção do Colégio para atingir seus objetivos educacionais;
- II. representar, perante o Colégio, as aspirações da comunidade e dos responsáveis legais pelos alunos;
- III. celebrar parcerias com instituições públicas ou privadas e receber contribuições financeiras voltadas à melhoria da infraestrutura e das ações pedagógicas da unidade escolar, sempre com o propósito de assegurar o direito constitucional à educação de qualidade, observadas as normas legais aplicáveis;
- IV. mobilizar os recursos humanos, materiais e financeiros da comunidade para auxiliar o Colégio, provendo condições que permitam, observadas as normas legais aplicáveis:
 - a. a melhoria do ensino;
 - b. o desenvolvimento de atividades de assistência ao aluno, nas áreas socioeconômica e de saúde;
 - c. a conservação e manutenção do prédio, dos equipamentos e das instalações escolares;
 - d. a programação de atividades culturais e de lazer que envolvam a participação conjunta de professores, alunos e seus responsáveis legais;
 - e. a execução de obras de construção, reformas, ampliações e adequações em prédios escolares, sem prejuízo do acompanhamento e da fiscalização pela Fundação para o Desenvolvimento da Educação;
- V. favorecer o entrosamento entre os responsáveis legais dos alunos e professores, possibilitando:

TRB

- a. aos responsáveis legais, que recebam informações relativas aos objetivos educacionais, métodos e processos de ensino, bem como sobre o aproveitamento escolar dos alunos sob sua responsabilidade;
- b. aos professores, que conheçam as condições de vida do aluno fora do colégio, como instrumento para auxiliar o aprimoramento do processo educacional;

VI. administrar, direta ou indiretamente, nos termos da lei, a cantina escolar.

Artigo 5º- As atividades decorrentes dos objetivos especificados no artigo 4º deverão estar previstas em **Plano de Aplicação Financeira elaborado pela APM e articulado ao Plano de Gestão da unidade escolar.**

SEÇÃO III Dos Meios e Recursos

REGISTRADO SOB Nº

00082696

1º RCPJ CAMPINAS

Artigo 6º - Os recursos financeiros da APM serão obtidos por meio de:

- I. transferência de recursos federais e estaduais do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE;
- II. contribuição dos associados;
- III. parcerias em geral;
- IV. auxílios, contribuições ou subvenções diversas;
- V. doações;
- VI. promoção de festas, campanhas e demais eventos sociais, culturais e esportivos;
- VII. atividades decorrentes da administração da cantina escolar.

§ 1º - A contribuição dos associados a que se refere o inciso II deste artigo será sempre facultativa.

§ 2º - As contribuições dos associados e demais recursos financeiros serão depositadas em conta bancária de titularidade da APM, sendo que os recursos financeiros recebidos da Secretaria da Educação serão depositados em instituição financeira indicada pela Pasta.

§ 3º - Cabe ao Diretor Executivo movimentar conta bancária de titularidade da APM, podendo a atribuição ser delegada ao Vice-Diretor Executivo, sem prejuízo do disposto no artigo 28 deste estatuto.

Artigo 7º - A aplicação dos recursos financeiros de origem estadual observará o Plano de Aplicação Financeira da APM, elaborado de acordo com as normas estaduais que regem a matéria.”;(NR)

§ 1º - Os recursos da APM devem ser aplicados, prioritariamente, na melhoria das condições voltadas a propiciar a aprendizagem dos estudantes.

§ 2º - É vedada a contratação pela APM dos seguintes serviços:

1. serviços contínuos que, por sua natureza, devam ser contratados pela Secretaria da Educação;

2. serviços prestados por agente público da ativa, incluindo-se os de consultoria, assistência técnica e assemelhados;
3. serviços prestados por empresas privadas que tenham em seu quadro societário servidor público da ativa ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, incluindo-se os serviços de consultoria.

CAPÍTULO II
Dos Associados, seus Direitos e Deveres.
SECÃO I
Dos Associados

REGISTRADO SOB Nº

00082696

1º RCPJ CAMPINAS

Artigo 8º - O quadro social da APM, constituído por número mínimo de 9 (nove) associados, será composto de:

- I. associados com direito a voto na Assembleia Geral;
- II. associados sem direito a voto na Assembleia Geral.

§ 1º - Serão associados com direito a voto na Assembleia Geral os servidores públicos em exercício no Colégio, os responsáveis legais pelos alunos nela matriculados e os alunos matriculados maiores de 18 anos.

§ 2º - Serão associados sem direito a voto na Assembleia Geral os alunos menores de 18 anos matriculados no Colégio, os ex-alunos e respectivos responsáveis legais, os ex-professores do Colégio, demais membros da comunidade e aqueles que, a critério do Conselho Deliberativo, tenham prestado relevantes serviços à Educação e à APM.

§ 3º - Exceto na hipótese de menor emancipado, aos alunos menores de 18 anos é vedado integrar o Conselho Deliberativo, o Conselho Fiscal e a Diretoria.

SECÃO II
Dos Direitos e Deveres

Artigo 9º - Constituem direitos dos associados:

- I. apresentar sugestões e oferecer colaboração aos dirigentes dos órgãos da APM;
- II. receber informações e manifestar-se sobre o projeto pedagógico do Colégio;
- III. participar das Assembleias Gerais e de todas as atividades organizadas pela APM;
- IV. votar e ser votado nos termos do presente estatuto;
- V. solicitar aos administradores responsáveis esclarecimentos a respeito da utilização dos recursos financeiros da APM;
- VI. apresentar pessoas da comunidade para ampliação do quadro social;
- VII. deixar de integrar o quadro de associados, solicitando seu desligamento ao Diretor Executivo, mediante protocolo.

Artigo 10º - Constituem deveres dos associados:

- I. defender, por atos e palavras, o bom nome do Colégio e da APM;
- II. conhecer o estatuto da APM;
- III. participar das reuniões para as quais forem convocados;
- IV. desempenhar, responsabilmente, os cargos e as missões que lhes forem confiados;
- V. concorrer para estreitar as relações de cordialidade entre todos os associados e incentivar a participação comunitária no Colégio;
- VI. cooperar, dentro de suas possibilidades, para a constituição do fundo financeiro da APM;
- VII. prestar à APM serviços gerais ou de sua especialidade profissional, de acordo com suas possibilidades;
- VIII. não prejudicar ou danificar o prédio escolar, a área do respectivo terreno e os equipamentos escolares, nem embaraçar a execução de serviços voltados para sua conservação;
- IX. responsabilizar-se pelo uso do prédio, de suas dependências e equipamentos escolares, quando encarregados diretamente da execução de atividades programadas pela APM.

Artigo 11 - A exclusão compulsória do associado do quadro associativo é admissível apenas quando houver justa causa, reconhecida ao fim de procedimento em que será assegurado direito de defesa e de recurso.

§ 1º - O procedimento de que trata o "caput" deste artigo será instaurado pelo Diretor Executivo, de ofício, ou por requisição do Presidente do Conselho Deliberativo, do Presidente do Conselho Fiscal ou de 1/5 (um quinto) dos associados.

§ 2º - O associado será cientificado por escrito e pessoalmente dos fatos que lhe são imputados e das consequências a que estará sujeito para, no prazo de 15 (quinze) dias, oferecer defesa e indicar, justificadamente, as provas que pretende produzir, cuja pertinência será aferida, de forma motivada, pelo Diretor Executivo.

§ 3º - Decorrido o prazo previsto no parágrafo anterior sem a apresentação de defesa ou apreciadas as razões de defesa e produzidas as provas, será o associado notificado, pessoalmente, para oferecer suas razões finais, no prazo de 7 (sete) dias.

§ 4º - Apresentadas ou não as razões finais, a Diretoria decidirá, motivadamente, no prazo de 20 (vinte) dias, em sessão extraordinária, comunicando a decisão ao Presidente do Conselho Deliberativo.

§ 5º - O associado será pessoalmente intimado da decisão da Diretoria e poderá interpor recurso escrito e fundamentado, no prazo de 15 (quinze) dias, dirigido ao Presidente do Conselho Deliberativo, a quem competirá exercer juízo fundamentado de admissibilidade do recurso e convocar reunião do Conselho Deliberativo para a deliberação do recurso.

§ 6º - Os prazos referidos nos parágrafos anteriores contam-se por dias corridos, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento, prorrogado este até o primeiro dia útil subsequente se o termo final ocorrer em sábado, domingo ou feriado.

§ 7º - Os prazos somente começam a correr a partir do primeiro dia útil após a intimação.

CAPÍTULO III
Da Administração

SEÇÃO I
Dos Órgãos Diretores

REGISTRADO SOB Nº

00082696

1ª RCPJ CAMPINAS

Artigo 12 - A APM será administrada pelos seguintes órgãos:

- I. Assembléia Geral;
- II. Conselho Deliberativo;
- III. Conselho Fiscal;
- IV. Diretoria.

Artigo 13 - A eleição dos membros do Conselho Deliberativo, do Conselho Fiscal e da Diretoria deverá ser realizada até o final do mês de abril e a posse dar-se-á até o último dia útil de maio.

§ 1º - Poderão ser eleitos para os postos de que se trata o “caput” deste artigo apenas os associados com direito a voto, para um mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição uma única vez, por período igual e sucessivo.”;(NR)

§ 2º - Não poderão integrar o Conselho Fiscal:

1. os membros da Diretoria da APM;
2. os membros do Conselho Deliberativo;
3. o associado que, nos 12 (doze) meses anteriores à eleição para membro do Conselho Fiscal, exerceu qualquer atividade na Diretoria.

§ 3º - Revogado.

§ 4º - Ocorrida a vacância de cargos do Conselho Deliberativo, do Conselho Fiscal ou da Diretoria, os novos membros deverão ser eleitos em Assembleia Geral especialmente convocada para este fim, para completarem o mandato de seus antecessores.

Artigo 14 - É vedado aos Conselheiros e Diretores:

- I. receber qualquer tipo de remuneração por serviços prestados à APM;
- II. estabelecer relações contratuais com a APM.

Artigo 15 - As reuniões da Assembleia Geral, do Conselho Deliberativo e da Diretoria serão instaladas, em 1ª convocação, se presente a maioria absoluta de seus membros com direito a voto ou, em 2ª convocação, com qualquer número de presentes, sendo suas deliberações tomadas pela maioria simples de votos.

Parágrafo Único – O Diretor do Colégio poderá participar das reuniões da Assembleia Geral, intervindo em debates, prestando orientação ou esclarecimento ou fazendo registrar em atas seus pontos de vista, mas sem direito a voto caso não seja associado.

Artigo 16- A Assembleia Geral será constituída pela totalidade dos associados, observado o disposto no artigo 8º.

§ 1º - A Assembleia Geral será convocada e presidida pelo Presidente do Conselho Deliberativo ou, em seu impedimento, pelo Vice-Presidente do Conselho Deliberativo.

§ 2º - O Edital de convocação da Assembleia Geral será afixado no quadro de avisos do Colégio e encaminhado aos associados, preferencialmente por meio eletrônico, com, no mínimo, cinco dias de antecedência da reunião, devendo indicar:

1. o dia, o local e a hora da reunião;
2. a ordem do dia.



Artigo 17 - Compete privativamente à Assembleia Geral:

- I. eleger os membros do Conselho Deliberativo, do Conselho Fiscal e da Diretoria;
- II. apreciar e votar o balanço anual e os balancetes semestrais, após o parecer do Conselho Fiscal;
- III. propor e aprovar o período e a forma das contribuições dos associados, obedecendo ao que dispõe o § 1º do artigo 6º do presente estatuto;
- IV. alterar o estatuto;
- V. reunir-se, ordinariamente, pelo menos 01 (uma) vez a cada semestre;
- VI. reunir-se, extraordinariamente, por solicitação do Diretor do Colégio, de 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho Deliberativo ou por 1/5 (um quinto) dos associados com direito a voto;
- VII. destituir os administradores eleitos.

Artigo 18 - O Conselho Deliberativo será constituído por 3 (três) membros, eleitos em Assembleia Geral, pelo voto da maioria dos associados com direito a voto presentes à reunião.

Parágrafo único - Dentre os membros do Conselho Deliberativo deverá ser eleito ao menos um representante legal de aluno matriculado no Colégio.

Artigo 19 - Cabe ao Conselho Deliberativo:

- I. divulgar a todos os associados os nomes dos eleitos na forma do artigo 13;
- II. divulgar a todos os associados as normas do presente estatuto;
- III. deliberar sobre o disposto no artigo 4º;
- IV. aprovar o Plano de Aplicação Financeira;
- V. participar do Conselho do Colégio, por meio de um de seus membros, que deverá ser, obrigatoriamente, responsável legal de aluno matriculado no Colégio;
- VI. realizar estudos e emitir pareceres sobre questões omissas no estatuto, comunicando-os aos órgãos superiores da Secretaria da Educação.

§ 1º - O Conselho Deliberativo reunir-se-á, ordinariamente, pelo menos 1 (uma) vez por trimestre e, extraordinariamente, sempre que convocado, a critério de seu Presidente, do Diretor do Colégio, de 2/3 (dois terços) de seus membros ou de 1/5 (um quinto) dos associados com direito a voto.”;(NR)

A small, handwritten signature in blue ink, located in the bottom right corner of the page.

§ 2º - O Diretor do Colégio poderá participar das reuniões do Conselho Deliberativo, sem integrá-lo, intervindo em debates, prestando orientação ou esclarecimento ou fazendo registrar em atas seus pontos de vista, mas sem direito a voto.

VII. eleger seu Presidente e Vice-Presidente, dentre os membros eleitos em Assembleia Geral.

Artigo 20 - Cabe ao Presidente do Conselho Deliberativo:

- I. convocar e presidir as reuniões da Assembleia Geral e do Conselho Deliberativo;
- II. indicar um secretário, dentre os membros do Conselho Deliberativo, para lavrar e registrar a ata de reunião da Assembleia Geral, bem como organizar os respectivos documentos;
- III. informar os conselheiros sobre as necessidades do Colégio e dos alunos.

Parágrafo único – Compete ao Vice-Presidente do Conselho Deliberativo auxiliar o Presidente e substituí-lo em seus impedimentos.

Artigo 21 - O Conselho Fiscal será constituído de 3 (três) membros, que elegerão, dentre eles, seu Presidente e Vice-Presidente.”;(NR)

Parágrafo único - O Diretor do Colégio poderá participar das reuniões do Conselho Fiscal, sem integrá-lo, intervindo em debates, prestando orientação ou esclarecimento ou fazendo registrar em atas seus pontos de vista, mas sem direito a voto.

Artigo 22 - Cabe ao Conselho Fiscal:

- I. emitir, semestralmente, parecer sobre as contas apresentadas pela Diretoria, submetendo-as à apreciação da Assembleia Geral;
- II. apreciar o balanço anual e manifestar-se no prazo de até 10 (dez) dias antes da convocação da Assembleia Geral.

Artigo 23 - Cabe ao Presidente do Conselho Fiscal:

- I. convocar e presidir as reuniões do Conselho Fiscal;
- II. requisitar à Diretoria qualquer documento e informação necessários aos procedimentos de fiscalização das contas e de apreciação do balanço anual.

Parágrafo único – Compete ao Vice-Presidente do Conselho Fiscal auxiliar o Presidente e substituí-lo em seus impedimentos.

Artigo 24 - A destituição do cargo de membro do Conselho Deliberativo, do Conselho Fiscal ou da Diretoria está sujeita ao procedimento previsto nos §§ 1º, 2º, 3º, 6º e 7º do artigo 11 deste estatuto, instaurado pelo Diretor.

§ 1º - Na hipótese de destituição de membro da Diretoria, o procedimento deverá ser instaurado pelo Presidente do Conselho Deliberativo.



A small, handwritten mark or signature in the bottom right corner of the page.

§ 2º - Apresentadas ou não as razões finais a que se refere o § 3º do artigo 11, em prazo não superior a 30 (trinta) dias deverá ser realizada Assembleia Geral específica para deliberar a respeito da destituição do cargo.

§ 3º - O interessado será pessoalmente intimado da deliberação da Assembleia Geral e poderá apresentar pedido de reconsideração, no prazo de 15 (quinze) dias, dirigido ao Presidente do Conselho Deliberativo, a quem competirá exercer juízo fundamentado de admissibilidade do recurso e convocar Assembleia Geral extraordinária para deliberação.

§ 4º - O membro do Conselho Deliberativo, do Conselho Fiscal ou da Diretoria que faltar a 3 (três) reuniões consecutivas, sem causa justificada, está sujeito à destituição do cargo.

Artigo 25 - A Diretoria da APM será composta de:

- I. 1 (um) Diretor Executivo;
- II. 1 (um) Vice-Diretor Executivo;
- III. 1 (um) Diretor Cultural, de Esportes e Social.



Artigo 26 - Cabe à Diretoria:

- I. elaborar o Plano de Aplicação Financeira de acordo com as regras de aplicação e finalidades específicas dos recursos federais e estaduais, submetendo-o à aprovação do Conselho Deliberativo;
- II. executar o Plano de Aplicação Financeira aprovado;
- III. gerenciar e controlar as movimentações bancárias e pagamentos da APM;
- IV. dar à Assembléia Geral conhecimento sobre:
 - a. as diretrizes que norteiam o projeto pedagógico do Colégio;
 - b. as normas estatutárias que regem a APM;
 - c. as atividades desenvolvidas pela APM;
 - d. a programação e aplicação dos recursos financeiros;
- V. tomar medidas de emergência não previstas no estatuto, submetendo-as ao Conselho Deliberativo.

§ 1º - A Diretoria reunir-se-á, ordinariamente, pelo menos 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, a critério de seu Diretor Executivo, por solicitação do Diretor do Colégio ou de 2/3 (dois terços) de seus membros.”.(NR)

§ 2º - O Diretor do Colégio poderá participar das reuniões da Diretoria, sem integrá-la, intervindo nos debates, prestando orientação ou esclarecimento, ou fazendo registrar em atas seus pontos de vista, mas sem direito a voto.

Artigo 27 - Compete ao Diretor Executivo:

- I. representar a APM ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;
- II. convocar e presidir as reuniões da Diretoria;

- III. fazer cumprir as deliberações do Conselho Deliberativo e da Assembleia Geral;
- IV. efetuar pesquisas para obter o menor preço junto aos fornecedores de materiais e serviços necessários à APM;
- V. controlar os compromissos a serem pagos;
- VI. autorizar os pagamentos em conformidade com o planejamento de recursos;
- VII. movimentar os recursos financeiros da APM, preferencialmente por meio eletrônico, inclusive cartão magnético, admitindo-se excepcionalmente o uso de cheques nominativos ao credor;
- VIII. depositar em conta bancária da APM todos os valores por ela recebidos;
- IX. celebrar contratos, convênios e parcerias;
- X. articular com a Direção do Colégio ações referentes à aquisição de materiais, inclusive didáticos, e à manutenção e conservação do prédio e de equipamentos escolares;
- XI. atestar o recebimento dos materiais e serviços adquiridos pela APM;
- XII. informar ao Conselho Deliberativo, ao Conselho Fiscal e aos demais membros da Diretoria sobre a situação financeira da APM;
- XIII. apresentar ao Conselho Deliberativo e ao Conselho Fiscal relatório semestral das atividades da Diretoria;
- XIV. arquivar notas fiscais, extratos bancários, recibos e demais documentos relativos aos valores recebidos e pagos pela APM, apresentando-os para a elaboração da escrituração contábil;
- XV. submeter os balancetes semestrais e o balanço anual à Assembleia Geral, após apreciação escrita do Conselho Fiscal;
- XVI. rubricar e publicar, em quadro próprio da APM e em local visível e disponível a qualquer interessado, os balancetes semestrais e o balanço anual.

Artigo 28 - Compete ao Vice-Diretor auxiliar o Diretor e substituí-lo em seus impedimentos eventuais.

Artigo 29 - Cabe ao Diretor Cultural, de Esportes e Social promover a integração do Colégio com a comunidade através de atividades culturais, esportivas, sociais e de assistência ao aluno e à comunidade.

§ 1º - O Diretor Cultural, de Esportes e Social poderá ser assessorado, conforme as atividades a serem desenvolvidas, pelos professores e membros do Conselho do Colégio.

§ 2º - Serão prioritárias as atividades de assistência ao aluno.

Artigo 30 - Compete, ainda, aos Diretores:

- I. comparecer às reuniões da Diretoria, discutindo e votando;
- II. estabelecer contato com outras entidades públicas e particulares;
- III. constituir comissões auxiliares com vistas à descentralização de suas atividades.



RP

CAPÍTULO IV Das Disposições Finais

Artigo 31 - Os associados não respondem subsidiária e solidariamente pelas obrigações sociais assumidas pela APM.

Parágrafo único - Não se aplica o disposto no "caput" deste artigo aos membros da Diretoria, pelos atos que praticarem sem observância das normas legais e das disposições deste estatuto.

Artigo 32 - Serão afixados em quadro de avisos o Plano de Aplicação Financeira, notícias e atividades da APM, convites, convocações e cópias de toda a documentação de prestação de contas.

Artigo 33 - Os bens permanentes doados à APM ou por ela adquiridos serão identificados, contabilizados e inventariados pela Diretoria e integrarão o seu patrimônio.

Parágrafo único - Os bens adquiridos pela APM com recursos públicos deverão ser incorporados ao patrimônio estadual e destinados ao uso das respectivas unidades escolares beneficiadas, cabendo a essas últimas a responsabilidade pela guarda e conservação dos bens.

Artigo 34 - A APM terá prazo indeterminado de duração e somente poderá ser dissolvida por deliberação da Assembleia Geral, especialmente convocada para este fim, em decisão tomada pela maioria absoluta dos associados com direito a voto, atendidas as disposições legais.

§ 1º - A APM também poderá ser extinta nas hipóteses abaixo indicadas:

1. desativação da unidade escolar;
2. transferência da unidade escolar para outro município.

§ 2º - Em caso de dissolução, os bens da APM passarão a integrar o patrimônio da APM que vier a ser indicada em deliberação dos associados com direito a voto, na forma do "caput" deste artigo.

Campinas, 27 de Abril de 2021.



Vanessa Petrilli Bavaresco

Profa. Vanessa Petrilli Bavaresco
Diretora Geral do Colégio Técnico de Campinas- COTUCA
Presidente do Conselho Deliberativo da APM do COTUCA



DECRETO Nº 65.298, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020- Dispõe sobre o Estatuto Padrão das Associações de Pais e Mestres - APMs para os fins que especifica.

REGISTRADO SOB Nº

00082696

1º RCPI CAMPINAS

